

Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana

Vanessa Marques Gibran Faco
Lígia Ebner Melchiori

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALLE, TGM., org. *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 222 p. ISBN 978-85-98605-99-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

6

CONCEITO DE FAMÍLIA: ADOLESCENTES DE ZONAS RURAL E URBANA¹

Vanessa Marques Gibran Faco
Lígia Ebner Melchiori

Introdução

Este estudo faz parte da linha de pesquisa Desenvolvimento: Comportamento e Saúde, uma vez que se propôs a investigar e descrever como adolescentes conceituam famílias. Estudar família em um contexto tão extenso e diversificado como o Brasil é um desafio que precisa ser enfrentado, e isso vem sendo apontado por vários estudiosos (Sâmara, 1992; Cernevy & Berthoud, 1997; Biasoli-Alves, 2000; Torres & Dessen, 2006).

O interesse em estudar adolescentes brasileiros ocorre porque o conceito de família que eles estão construindo influenciará suas escolhas futuras, delimitando a nova realidade da família brasileira, uma vez que serão os protagonistas dos arranjos familiares de amanhã.

A opção de estudar adolescentes oriundos de famílias rurais e urbanas vem de encontro à necessidade de procurar compreender, de forma mais ampla, como uma parcela dos jovens de hoje, de diferentes realidades culturais, geográficas, sociais e econômicas, percebe e conceitua os arranjos familiares.

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo desenvolvimento de seu

1 Este trabalho é parte da dissertação da primeira autora, sob orientação da segunda autora.

ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais (Carter & McGoldrick, 1995; Ferrari & Kaloustian, 2004). Ela é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos (Dessen & Braz, 2005).

Segundo Minuchin (1985, 1988), a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. O sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os seus membros podem ser afetados por pressões interna e externa, fazendo que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros.

Com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova ordem familiar. No código de 1916, “família legítima” era definida apenas pelo casamento oficial. Em janeiro de 2003, começou a vigorar o Novo Código Civil, que incorporou uma série de novidades, sendo que a definição de família passou a abranger as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes. O casamento passou a ser “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (Cahalil, 2003, p.467); os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra “pessoa” substituiu “homem” e o “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos passou a ser “poder familiar” e atribuído também à mãe. A Lei do Divórcio, de 1977, atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la” (Cahalil, 2003, p.480).

O IBGE (IBGE, 2003, período de 1992 a 2001) é a principal fonte de pesquisa para se ter um panorama geral das famílias no País, explicitando a situação domiciliar e tipo de composição das famílias rurais e urbanas. O arranjo familiar nuclear é o que possui maior percentual, embora ocorra mais em famílias da área rural (57%) do que da urbana (48%). Um tipo de

arranjo familiar que vem crescendo na cidade (13%) é a de famílias onde há a mãe e os filhos, ocorrendo em cerca de 7,5% na zona rural. Quando há outros parentes morando junto, essa diferença praticamente se mantém (3,5% e 1,8%, respectivamente).

Outros dados do IBGE (2003) apontam a nova mudança, plasticidade e adaptação das famílias. Os casais com filhos diminuíram de cerca de 59% para 53%; mulheres sem cônjuge com filhos aumentaram de 15% para 18%; casais sem filhos apresentaram um crescimento de 13% para 14%; pessoas morando sozinhas também aumentaram de 7% para 9%; outros tipos de famílias sofreram um aumento de 5% para 6%. Por outro lado, há tipos de arranjo familiar que vêm crescendo ao longo dos anos, e alguns deles ainda não foram detectados pelo censo do IBGE, como, por exemplo, o das famílias reconstituídas.

Segundo os dados disponíveis (IBGE, 2003), em 2001 o número de casamentos foi de 673.452, enquanto o número de separações judiciais e divórcios encerrados em 1ª instância elevou-se para 223.600, envolvendo 186.292 filhos e filhas. Dessa forma, fica evidente que tanto crianças como adolescentes têm necessidade de adaptar aos novos arranjos familiares que se formam em consequência do número elevado de separações. Ramires (2004) relata que quando os pais se separam, as crianças e/ou os adolescentes enfrentam uma crise que possui múltiplas implicações: mudanças nas relações íntimas, tanto em nível da família de origem como da família extensa, e mudanças na rede social e na infraestrutura de vida de todos os envolvidos.

Com base na amplitude das modificações sociais, econômicas, políticas e culturais, Petzold (1996) propõe um conceito de família definida como “um grupo social especial, caracterizado por intimidade e por relações intergeracionais” (p.39), conceito que consegue explorar inúmeras variáveis. Esse autor apresenta a definição ecopsicológica da família, baseada no modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1994, 1999), em que o indivíduo é compreendido dentro de um processo de inter-relações constantes e bidirecionais com vários sistemas, incluindo a família. Nessa definição, Petzold (1996) destaca quatro sistemas: macrossistema, exossistema, mesossistema e microsistema, compostos de catorze variáveis como: casais casados ou não; partilha ou separação de bens; morar juntos ou separados; dependência ou independência financeira; com ou sem crianças; filhos biológicos ou adotivos; genitores morando juntos ou separados; relação heterossexual ou ho-

mossexual; cultura igual ou diferente; entre outras variáveis que, combinadas, oferecem 196 tipos diferentes de família. Isto significa que o modelo nuclear de família composto por pai, mãe e seus filhos biológicos não é suficiente para a compreensão da nova realidade familiar que incorpora, também, outras pessoas ligadas pela afinidade e pela rede de relações.

Hodkin et al. (1996) também acreditam que para definir o que é família, é necessário estudar o que as pessoas pensam a esse respeito, pois os limites da família são definidos pelos laços de afetividade e intimidade e não somente pelo parentesco por consanguinidade e pelo sistema legal que rege as relações familiares. A concepção subjetiva que as pessoas têm de seus próprios arranjos familiares é uma definição individual, baseada nos sentimentos, crenças e valores de cada um e permite teorizar e aprender os eventos da vida cotidiana a partir das informações que circulam através dela (Crepaldi, 1998). Essa concepção é a que foi adotada neste estudo.

Alguns pesquisadores investigaram qual a compreensão e entendimento que as pessoas têm a respeito do conceito de família utilizando a metodologia que prioriza esse pensamento subjetivo das pessoas. Campos-Ramos (2008) verificou, entre outros aspectos, como crianças de 3 a 5 anos conceituam a família. Seus resultados indicaram que as crianças de 3 anos apresentaram maior dificuldade, por ser um conceito abstrato, e que as crianças de 5 anos foram as que melhor as definiram, principalmente descrevendo sua composição por pessoas com relações biológicas, mas também descrevendo pessoas com relações diversas, como amigos e padrinhos, e até mesmo animais de estimação. Hodkin (1983) entrevistou 31 estudantes universitários canadenses com questões abertas a respeito do que é família. Quase metade (42%) listou como membros de sua família apenas a nuclear, sendo que o restante incluiu outras pessoas, com ou sem ligação biológica.

Outra forma de investigar o conceito de família é por meio da elaboração de uma lista com vários integrantes que é apresentada aos participantes. Curley & Furrow (1991) elaboraram uma lista composta de vários vínculos pessoais (mãe, pai, filho, primo, namorado, animal de estimação etc.) e, a partir dessa lista, investigaram quem era considerado como membro da família. Das 125 estudantes universitárias entrevistadas, a maioria (94%) incluiu membros da família extensiva, sendo que dessas, 58% incluíram outras pessoas sem relação biológica ou legal, como amigos, namorados e animais de estimação, e apenas 6% limitou-se à família nuclear.

Vacheresse (1992) constatou resultados semelhantes aos encontrados por Curley & Furrow (1991). Dos 64 jovens de ambos os sexos participantes do estudo, 58% incluíram amigos próximos, quase todos consideraram também os membros da família extensiva e 5% reportaram-se apenas aos membros nucleares. Hodkins et al. (1996) também notaram que quando o *checklist* é apresentado depois de perguntas abertas, mais pessoas eram incluídas como membros da família. Eles investigaram 126 estudantes universitários utilizando as duas metodologias e concluíram que essas duas formas de investigação do conceito de família acessam diferentes aspectos e sugerem que ambas sejam empregadas.

Outro tema que vem sendo abordado na literatura diz respeito a diferenças e semelhanças de conceituação familiar entre pessoas de famílias originais e reconstituídas. Wagner et al. (1997) utilizaram uma amostra de 60 adolescentes, 30 de famílias reconstituídas e 30 de originais, de ambos os sexos, entre 12 e 17 anos, com o objetivo de avaliar e comparar o que eles pensam em relação à “família”, entre outros aspectos. Os resultados demonstraram uma tendência dos adolescentes de famílias originais considerarem suas famílias mais “unidas e companheiras” que os de famílias reconstituídas.

Wagner et al. (1999) investigaram em que medida a configuração familiar contribui para o bem-estar dos adolescentes utilizando uma amostra de 391 adolescentes de ambos os sexos, entre 12 e 17 anos, provenientes de escolas públicas e particulares de Porto Alegre e de nível socioeconômico médio, sendo 196 provenientes de famílias originais e 195 de famílias reconstituídas. Os resultados indicaram que a maioria dos adolescentes (81%) apresentou um nível de bem-estar geral entre bom a muito bom, sendo que não houve diferença significativa entre adolescentes de famílias originais e reconstituídas.

A partir dessa perspectiva, o objetivo desse estudo foi conceituar famílias de zonas rural e urbana de uma cidade do interior de São Paulo segundo a perspectiva de adolescentes, descrevendo sua constituição, função, o grau de satisfação deles em relação às próprias famílias e a aceitação ou não de novos arranjos familiares.

Método

Participantes

A amostra foi composta de 48 adolescentes, sendo 16 adolescentes de zona rural (ZR) e 32 de zona urbana (ZU), com idade entre 13 e 18 anos (média de idade de 15,6 anos), de ambos os sexos (ZR = 50% masculino e 50% feminino e ZU = 69% masculino e 31% feminino), de uma cidade do interior paulista com aproximadamente cem mil habitantes. Todos estudantes, solteiros, sendo que apenas uma adolescente da área urbana é mãe.

A totalidade dos adolescentes da zona rural estudava em escola pública e mais da metade dos de zona urbana estudava em escola particular (69%, $n = 22$). A escolaridade variou da 7ª série do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. Além de estudarem, 44% ($n = 7$) dos estudantes da área rural possuíam alguma outra ocupação, sendo que a maioria auxiliava o pai no campo como forma de ajudar e aprender o ofício. Dos estudantes residentes na cidade, a maioria (84%) só estudava, e os demais possuíam também outra ocupação. A religião católica predominou nos estudantes da amostra de ambas as áreas, entretanto existia mais variedade de religiões entre os adolescentes da zona urbana.

Com relação à constelação familiar, em ambas as áreas, o principal arranjo encontrado foi o nuclear, havendo maior prevalência nas famílias de zona rural. O segundo arranjo familiar que se destacou é o da família extensiva, com maior concentração nas famílias urbanas.

Instrumentos e procedimento

O primeiro passo foi encaminhar ao Comitê de Ética a proposta da pesquisa, que foi avaliada e aprovada. O segundo foi contatar as escolas, primeiramente por meio da Delegacia de Educação, que auxiliou na seleção das duas escolas com maior contingente de alunos da área rural, mas que também tinham alunos da área urbana, além de outras duas escolas particulares, com o objetivo de entrevistar adolescentes residentes em diferentes bairros e com diferentes níveis socioeconômicos.

Após a aprovação da direção das escolas, eles mesmos se encarregaram de explicar, nas salas de aula, o objetivo da pesquisa e entregaram para os

interessados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os menores de 18 anos, para que levassem para casa e fossem assinados pelos pais ou responsáveis. Os alunos de 18 anos que aceitaram participar da pesquisa assinaram o próprio Termo de Consentimento. Quarenta e oito adolescentes aceitaram participar do estudo. Eles foram entrevistados nas próprias escolas, as quais cederam uma sala para a realização da pesquisa durante o período escolar.

Os adolescentes responderam ao Roteiro de Entrevista de Conceituação Familiar (Faco, 2007) dividido em duas partes: (a) uma com perguntas abertas, que abordavam o conceito geral de família e o da própria família; quem eles consideravam de sua família; nível de satisfação com a própria família e como percebiam novos arranjos familiares; (b) e outra que continha uma lista com pessoas de diferentes graus de parentesco, acrescida de amigos, empregada doméstica, animais de estimação, entre outros, solicitando que os participantes listassem quem eles consideravam de sua família e se, hipoteticamente, tivessem irmãos adotivos, padrastos, madrastas, empregada doméstica, entre outros, se considerariam ou não como membro de suas famílias. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

A análise dos dados das entrevistas foi realizada em três momentos: (a) transcrição integral das fitas de áudio; (b) leitura minuciosa de todas as entrevistas e elaboração do sistema de categorias; (c) tabulação dos dados e elaboração de tabelas e figuras.

Resultados e discussão

A família na perspectiva dos adolescentes de zonas rural e urbana

Por meio das respostas espontâneas dos participantes sobre quem eles consideram da sua família, foi possível classificá-las em quatro categorias: (a) família nuclear: composta de pai, mãe e filhos ou apenas os genitores; (b) família extensiva: inclui além dos pais e filhos, outros parentes como avós, tios, primos; (c) família extensiva ampliada: foram listados os parentes, além de amigos e empregada doméstica; (d) família extensiva ampliada incluindo animais: nesta categoria, além dos parentes, amigos e empregada doméstica são incluídos os animais de estimação.

Na Figura 1 são apresentadas as categorias de respostas dos adolescentes a respeito de quem eles consideram como pertencendo a suas famílias.

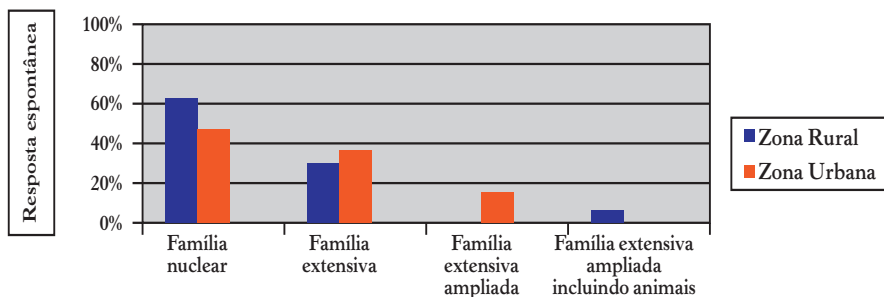


Figura 1. Percentual de pessoas consideradas como membros familiares dos adolescentes de zonas rural e urbana, por meio de respostas espontâneas

Para os adolescentes da área rural, o tipo de família mais citado é a nuclear. Quase metade dos adolescentes urbanos (47%) também considera sua família desse tipo. É importante ressaltar que se for somado o percentual dos adolescentes urbanos em relação às categorias de famílias extensiva e extensiva ampliada ($37\% + 16\% = 55\%$), verifica-se que a resposta predominante para mais da metade desses adolescentes é o da família extensiva. Os dados, principalmente da área urbana, são semelhantes ao obtido no estudo realizado por Hodkin (1983), em que quase metade dos universitários pesquisados por ele definiu sua família como nuclear, sendo o restante extensiva.

Após a apresentação da lista, composta de pai, mãe, padrasto, madrasta, irmãos biológicos e adotivos, avós, primos, tios, parentes distantes, amigos, empregada doméstica, animais de estimação e outras pessoas que quisessem incluir, nenhum adolescente continuou a definir sua família sob a perspectiva nuclear. Todos definiram sua família como sendo extensiva: (a) a maioria como extensiva ampliada incluindo animais (ZR = 69% e ZU = 66%); (b) seguida da categoria extensiva ampliada (ZR = 19% e ZU = 31%) e (c) os que incluíram apenas a família extensiva, com pouca representatividade (ZR = 12% e ZU = 3%). Esses dados estão de acordo com outros estudos (Curley & Furrow, 1991; Hodkin et al., 1996; Vacheresse, 1992) em que, com o auxílio da lista, os resultados indicaram um baixo percentual de definição de família como nuclear e a família extensiva incluía pessoas sem relação biológica ou legal, além de animais de estimação.

Ainda com a ajuda da lista, os adolescentes foram questionados a respeito de quais outras pessoas eles incluiriam em sua família, em caso hipotético. Foram listados, pelos adolescentes: (a) irmãos adotivos (ZR = 94% e ZU = 97%); (b) empregada (ZR = 81% e ZU = 34%); (c) padrasto e madrasta (ZR = 62% e ZU = 37%); (d) animais de estimação (ZR = 19% e ZU = 6%); (e) irmãos biológicos (ZR = 6% e ZU = 9%) e (f) só padrasto (ZU = 6%), evidenciando uma maior aceitação de irmãos adotivos em ambas as áreas, a empregada doméstica mais na área rural e o padrasto e madrasta mais aceitos na zona rural. Os irmãos biológicos filhos só do pai ou da mãe apareceram com baixo percentual para os adolescentes das duas áreas. Um percentual menor de adolescentes da zona urbana (6%) citou apenas o padrasto e afirmou que não aceitaria ficar sem a mãe ou substituí-la por outra mulher, evidenciando um forte vínculo com a figura materna.

As funções atribuídas pelos adolescentes às famílias no sentido geral e às suas próprias famílias

As respostas dos adolescentes sobre qual a função de suas próprias famílias foram classificadas em cinco categorias: (a) suporte emocional/afetivo: “pessoas íntimas que trazem amor”, “carinhosa”, “muito unida”, “um precisa do outro”, “é quem me apoia”; (b) fonte de alegria e paz: “lugar onde se sente bem”, “se reúne para conversar e contar piada”, “brinco com meus pais”, “é feliz”, “pais tranquilos”; (c) suporte educativo: “compartilhar vida escolar”, “dão boa educação”, “sempre me mostraram o melhor caminho sem por pressão”; (d) fonte de conflito: “confusão”, “padrasto acha que não tenho nada de bom”, “meu pai fala que vai matar minha mãe”; “fico excluída no meu canto”, “minha mãe fica isolada dormindo”, “meu pai às vezes brinca mais com o cachorro que comigo”; (e) outros: “tenho muito que agradecer à família”, “é onde moro”, “sou acostumado com meus pais”.

A Tabela 1 apresenta uma comparação entre as funções atribuídas às famílias no geral e as atribuídas às próprias famílias. Considerou-se como 100% o total de respostas dos adolescentes de cada área, obtidas em cada situação.

De acordo com os dados apresentados, é possível notar que, tanto para os adolescentes da zona rural como da urbana, a principal função atribuída à família, seja ela no sentido genérico ou de suas próprias famílias, é o suporte emocional/afetivo que elas oferecem. Pode-se verificar também que, para

Funções da Família	Zona Rural		Zona Urbana	
	Geral (%)	Própria (%)	Geral (%)	Própria (%)
Suporte emocional/afetivo	89	68	83	49
Fonte de alegria/paz	9	18	7	7
Suporte educativo	0	8	4	7
Fonte de conflitos	0	3	3	33
Outros	2	3	3	4

Tabela 1. Comparação do percentual das funções atribuídas pelos adolescentes de ambas as áreas às famílias em geral e às suas próprias

os adolescentes de ambas as áreas, os percentuais atribuídos a essa função diminuem quando se trata da família real, ficando próximo de 50% para os adolescentes que habitam na cidade. Para os adolescentes da zona rural, a categoria de fonte de alegria/paz é mais evidenciada em relação a suas próprias famílias (18%) do que nas famílias em geral (9%) e se mantém para os adolescentes de zona urbana (7%). Um aspecto relevante é que, para os adolescentes da zona urbana, a categoria fonte de conflito aparece com maior percentual quando se referem às próprias famílias (33%) do que em relação às famílias no geral (3%). Essa categoria praticamente não é citada pelos adolescentes de zona rural.

Esses dados evidenciam que o conceito geral que os adolescentes têm de família provavelmente está estritamente vinculado ao modelo familiar que possuem; alguns reproduzem nesse conceito o ambiente que vivenciam, enquanto outros descrevem como gostariam que fossem suas famílias.

Grau de satisfação dos adolescentes em relação às suas próprias famílias

Todos os adolescentes da zona rural relataram estar satisfeitos com suas famílias e 88% dos da zona urbana também, sendo que 9% destes afirmaram não estar satisfeitos e 3% não conseguiram definir se estavam ou não.

Acredita-se que isso se deva ao fato de que, mesmo em ambientes em que os adolescentes vivenciam conflitos, eles percebem a necessidade de pertencer a uma estrutura familiar. Além disso, existe a questão social e cul-

tural de valorização desta instância, uma vez que é o principal contexto de socialização dos indivíduos (Dessen & Braz, 2005).

Como os novos arranjos familiares são percebidos pelos adolescentes?

Após comentário com cada adolescente sobre a existência de novos arranjos familiares, casais de homossexuais, produções independentes (mãe que resolve ter e criar filhos sozinha), casais vivendo em casas separadas e casais sem filhos, buscou-se verificar se eles os julgavam como sendo ou não um tipo de família e suas justificativas.

Considerou-se como 100% o total de respostas dos adolescentes residentes em cada área. Na Figura 2, encontram-se os percentuais das primeiras respostas dos adolescentes que afirmaram aceitar os novos arranjos como caracterizando uma família.

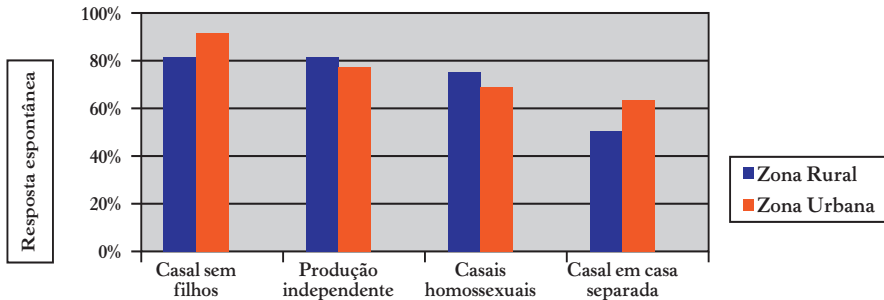


Figura 2. Percentual dos adolescentes de zona rural e urbana que aceitam os novos arranjos familiares

A priori, como apresentado no gráfico acima, os adolescentes das duas localidades aceitam, com altos percentuais, a maioria dos novos arranjos familiares apresentados – casal sem filhos, produção independente, casais homossexuais – verbalizando respostas como: “Se são felizes assim”, “eu não tenho preconceito”, “cada um vive do jeito que quer”, “o importante é ser feliz”. Em relação aos casais que vivem em casa separada, os percentuais de concordância foram menores (ZR = 50% e ZU = 63%), embora as justificativas fossem as mesmas.

Entretanto, quando continuavam falando a respeito dos novos arranjos, foi possível verificar que alguns não possuíam ainda uma opinião bem-estabelecida, sendo apresentadas respostas de discordância tanto por adolescentes que não concordavam com os novos arranjos como por aqueles que haviam concordado anteriormente: Casais sem filhos: “não têm com quem compartilhar”, “se gostam um do outro, por que não têm filhos?”, “família são três: pai, mãe e filhos”. Produções independentes: “não é uma família completa”, “não tem o pai para compartilhar”, “mãe vai mimar muito o filho”, “não dá para ser pai e mãe ao mesmo tempo”. Casais homossexuais: “ninguém é perfeito, acho vergonhoso”, “os filhos não vão ter amor paterno e materno”, “não é uma opção certa”, “o filho vai sentir preconceito”. Casais que vivem em casas separadas: “pra ser família tem que morar junto”, “é ruim para o filho”, “tem que viver em união, amor e carinho”, “é mascarar o casamento, quem quer liberdade não casa”.

Acredita-se que a justificativa de concordância com os novos arranjos familiares está, basicamente, vinculada ao conceito de felicidade, como apontado por Roussel (1995), que define que as famílias contemporâneas passaram a ter mais liberdade de escolher os companheiros em função da alegria proporcionada pela convivência e não em conceitos predefinidos socialmente, ampliando assim a concepção de família e a construção de diversos arranjos familiares. Entretanto, foi possível perceber que muitos adolescentes concordaram com os arranjos questionados em função da provável influência social, no sentido de aceitar as transformações que estão ocorrendo, não estando em coerência com a concepção subjetiva daqueles, ou seja, eles ainda possuem, em sua maioria, uma visão mais conservadora e tradicional de família.

Considerações finais

Conceituar família segundo a visão dos adolescentes é importante porque, ao investigar suas concepções a respeito da instituição familiar, abre-se um espaço de conversa e reflexão sobre o assunto e faz-se um levantamento de dados que fornecem informações para a área de intervenção, podendo auxiliar também na prevenção dos conflitos e desestruturas do meio familiar.

De modo geral, os resultados obtidos demonstraram que, apesar das grandes transformações ocorridas através dos tempos, a realidade da família, nessa amostra, não acompanha essas modificações. As famílias são constituídas basicamente em cima do modelo nuclear (pai, mãe e filhos), sendo o conceito subjetivo dos adolescentes, baseado na família extensiva. Apesar de inicialmente demonstrarem aceitação em relação aos novos arranjos familiares, suas falas foram contraditórias, indicando uma visão mais conservadora e tradicional de família.

Por fim, vale ressaltar que apesar de os adolescentes da cidade relatarem um ambiente familiar conflitivo, o grau de satisfação em relação às próprias famílias, nas duas localidades, foi bastante elevado, demonstrando a importância dessa rede social de apoio na vida desses indivíduos.

Com este trabalho, espera-se estar contribuindo para preencher, embora minimamente, parte da lacuna de pesquisas nessa área, uma vez que as famílias têm passado por muitas modificações, e as pesquisas não as acompanham no mesmo ritmo. Também se tem a pretensão de despertar o interesse de outros pesquisadores a investir na obtenção de dados semelhantes em diferentes regiões do País, contribuindo para se ter uma ideia de como o conceito de família é percebido em diferentes regiões, faixas etárias e nível socioeconômico-cultural.

Referências bibliográficas

- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.16, n.3, 2000.
- BRONFENBRENNER, U. Ecological models of human development. In: HUSEN, T.; POSTLETHWAITE, T. N. (Orgs.). *International encyclopedia of education*. 2.ed. New York: Elsevier Science, v.3, p.37-43, 1994.
- _____. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: FRIEDMAN, S. L.; WACHS, T. D. (Orgs.), *Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts*. Washington, DC: American Psychological Association, p.3-28, 1999.
- CAHALIL, Y. S. Constituição (Org.). *Código do Processo Civil*. 5.ed. São Paulo: RT, 2003.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Col.). As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK,

- M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p.7-29, 1995.
- CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. (Cols.). *Família e ciclo vital – nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- CREPALDI, M. A. Famílias de crianças acometidas por doenças crônicas: representações sociais da doença. *Cadernos de Psicologia e Educação – Paidéia*, Ribeirão Preto, v.8, n.14-5, p.151-167, 1998.
- CURLEY, M.; FURROW, D. Friends as family members. *Unpublished manuscript*, Mount Saint Vincent University, Halifax: Canada, 1991.
- DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA Jr., Á. L. (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.113-131.
- FACO, V. M. G. *Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de adolescentes*. Bauru, 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007.
- FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família brasileira, a base de tudo* (p.11-5), 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, Unicef, p.11-5, 2004.
- GEORGAS, J. Family: variations and changes across cultures. In: LONNER, W. J. et al (Eds.), *Online Readings in Psychology and Culture* (Unit 13, Chapter 3), (<http://www.wvu.edu/~culture>), Center for Cross-Cultural Research, Western Washington University, Bellingham, Washington USA Washington University, Bellingham, Washington, USA, 2003.
- HODKIN, B. The concept of family: building an empirical base. *Paper presented at the annual meeting of the Canadian Psychological Association*, Winnipeg: Minitoba, 1983.
- HODKIN et al. Concepts of family memberships. In: CUSINATO, M. (Org.), *Research on family resources and needs across the world*. Milão: LED Edizioni Universitarie, p.45-54, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>>. Acesso em: 4 set. 2005.
- MINUCHIN, P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, v. 56, p.289-302, 1985.
- _____. Relationships within the family: a systems perspectives on development. In: HINDE, R.; STEVENSON-HINDE, J. (Ogs.). *Relationships within families: mutual influences* (p.8-25). Oxford, UK: Clarendon Press/University Press, p.8-25, 1988.

- PETZOLD, M. The psychological definition of “the family”. CUSINATO, M. (Org.), *Research Family: Resources and needs across the world*. Milão: LED- Edizioni Universitarie, p.25-44, 1996.
- RAMIRES, V. R. R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.9, n.2, p.183-193, 2004.
- SAMARA, E. de M. Novas imagens da família “à brasileira”. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, p.59-66, 1992.
- SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. do C. B., (Org.), *A Família Contemporânea em Debate*. 6. ed. São Paulo, Educ, p.23-27, 2005.
- TORRES, C. V.; DESSEN, M. A. The brazilian “jeitinho”: Brazil’s sub-cultures, its diversity of social contexts, and family structures. In: GEORGAS, J. et al. (Orgs.). *Family across culture: a 30-nation psychological study*. Cambridge: Cambridge University Press, v.1, p.259-267, 2006.
- VACHERESSE, A. Concept of family in adolescents from intact and complex families. *Unpublished honours thesis*, Mount Saint Vincent University, Halifax, Canada, 1992.
- WAGNER, A. et al. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v.10, n.1, 1997.
- . Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v.12, 1999.